



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-2034 (PL 2614/24)

EMENDA Nº ____ / 2025

Emenda Aditiva e Modificativa ao PNE,
referente à Estratégia 4.12. ao Objetivo 4 do
Anexo do Projeto de Lei.

Estratégia 4.12. Modifique-se o trecho “que incluam famílias e órgãos públicos de”, substituindo-o por “que garantam articulação intersetorial entre direitos humanos” e acrescenta-se novos elementos ao texto a Estratégia 4.12. do Objetivo 4 do Projeto de Lei, modificando-se para a seguinte redação:

“Estratégia 4.12. Implementar políticas **intersectoriais e interseccionais** de prevenção à evasão e ao abandono escolar, motivados por preconceito ou quaisquer formas de discriminação dentro e fora da escola, com a criação de redes de proteção **que garantam articulação intersetorial entre direitos humanos**, assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude, **com o fortalecimento de redes de proteção e apoio às famílias/responsáveis e estudantes, com a adoção de protocolos institucionais de enfrentamento à discriminação, capacitação contínua de profissionais da educação e mecanismos de acompanhamento individualizado dos estudantes em situação de vulnerabilidade e com a realização de pesquisas e censos específicos.**”

JUSTIFICATIVA

A versão ampliada da Estratégia 4.12 avança significativamente ao transformar uma proposta genérica de rede de proteção em um sistema estruturado de enfrentamento às



Apresentação: 16/05/2025 08:18:38.687 - PL2614/24
EMC 1002/2025 PL2614/24 => PL 2614/2024
EMC n.1002/2025



* C D 2 5 4 6 5 1 3 1 3 0 0 0 *



PL 2614/2024
apresentado em 19/05/2025
EMC n.1002/2025
PL 2614/2024 => PL 2614/2024

causas da evasão escolar. A especificação da articulação intersetorial entre direitos humanos, assistência social, saúde e proteção à infância reconhece a natureza multifatorial do abandono escolar, exigindo respostas integradas que vão além do ambiente educacional. A inclusão de protocolos contra discriminação, capacitação docente e acompanhamento individualizado materializa mecanismos concretos para combater a exclusão educacional, especialmente de grupos em situação de vulnerabilidade. Essa abordagem assegura que a permanência na escola seja efetivada mediante políticas que enfrentem tanto as violências estruturais quanto as barreiras institucionais que perpetuam as desigualdades educacionais.

Esta emenda está sendo apresentada por sugestão da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, juntamente com 17 entidades que compuseram a construção de seu caderno de emendas: Ação Educativa, ActionAid, Fineduca, CEDECA-CE, CNTE, Mieib, MST, REPU, Uncme, Undime, ÔAÉ, Fonec, Cátedra Unesco da UnB, IDDH, Aprendiz, AUE, ObsEM.

Sala da Comissão, [dia] de [mês] de 2025

[Nome]
Deputado Federal

